

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**MUNICÍPIO DE
LEOPOLDINA**

EXERCÍCIO DE 2020

MENSAGEM



MENSAGEM DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

Leopoldina, 11 de junho de 2019

ASSUNTO: Projeto de LDO do exercício de 2020

Senhor Presidente,

Encaminho à Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos ilustres Pares na Câmara Municipal, o apenso Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2020, conforme o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República.

O projeto de lei em pauta objetiva orientar a elaboração da lei orçamentária anual, atendendo a todos os requisitos legais previstos no art. 165, § 2º, da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI – definição de critérios para início de novos projetos;
- XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII – incentivo à participação popular;
- XIV – as disposições gerais.

Os dispositivos constantes no presente projeto de lei são de extrema importância para que a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2020 contenha as bases necessárias para que o Governo Municipal alcance os seus objetivos.

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, integram o projeto de lei de diretrizes orçamentárias:

- Anexo de Metas Fiscais;
- Anexo de Riscos Fiscais.
- Anexo de Metas e Prioridades

Dante do exposto, Senhor Presidente, submetemos o presente projeto de lei à consideração de Vossa Excelência e nobres Edis, esperando que o mesmo venha a merecer uma acolhida favorável.

Reitero, na oportunidade, a Vossa Excelência e a seus Pares, os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

Projeto de Lei nº de 11 de junho de 2019.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2020 e dá outras providências.

Disposições Preliminares

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2020, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI – definição de critérios para início de novos projetos;
- XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII – incentivo à participação popular;
- XIV – as disposições gerais.

Seção I- Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integrarão esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2018–2021, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2020 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2020 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2020 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Seção II- Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. Em entendimento ao art. 167, VI da Constituição Federal são definidos os seguintes conceitos:

§ 1º. – As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por programas e ações (atividades, projetos, operações especiais), de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

Plano Plurianual relativo ao período 2018-2021.

§ 2º. – Órgãos são as entidades existentes no Município.

Art. 4º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município e seus fundos.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e respectiva Lei nº 11.494/2007;

IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária de 2020 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2017, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. Sendo necessário, o projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, caso ocorram acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º. O Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até o dia 15 de julho de 2020, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

Art.11. A lei orçamentária discriminará, dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os processos referentes ao pagamento de precatórios serão submetidos à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Art. 12. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, e matendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício de 2020, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção I- Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 16. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo 5 % (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2020, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Seção III- Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I- Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 17. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2020, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.

Subseção II- Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18. Se durante o exercício de 2020 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção III- Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2020, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, poderá contemplar medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior poderá levar em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;
- IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

Seção IV - Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2020 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2020 deverão estar acompanhados de demonstrativos que os discriminem, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2020 a 2022, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a – a implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;
- b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

- a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção V- Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2020, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – as despesas com benefícios previdenciários;
- III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – as despesas com PASEP;
- V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VI- Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. O Poder Executivo poderá realizar estudos visando a definição de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28. A lei orçamentária de 2020 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa finalístico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo” ou de finalidade semelhante.

§ 1º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno, visando a eficiência e eficácia administrativa.

Seção VII- Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2020 por, no mínimo, pelo presidente do Conselho municipal respectivo,e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, esporte,agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 31. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento econômico.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento de interesses locais observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI da Constituição da República.

Seção VIII- Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 37. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção IX -Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art. 38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo, o Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020, os seguintes demonstrativos:

- I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
- III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção X - Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 39. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2020 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2018-2021 e com as normas desta Lei;
- II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2020, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2020.

Seção XI - Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XII - Do Incentivo à Participação Popular

Art. 41. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2020, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a abertura de participações e a utilização dos meios eletrônicos disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

Art. 42. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

- I – elaboração da proposta orçamentária de 2020 mediante regular processo de consulta;
- II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIII - Das Disposições Gerais

Art. 43. O Poder Executivo poderá, mediante decreto específico, remanejar, transpor ou transferir, total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2020 e em seus créditos adicionais, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no artigo 3º, desta Lei, conforme os conceitos:

- I - remanejamentos ocorrem sempre no âmbito da organização, decorrente de extinção de um órgão e a institucionalização de outro para a sua substituição.
- II - transposições são realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

III - transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§ 1º - os instrumentos mencionados serão utilizados quando em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

Art. 44. O Poder Executivo Municipal poderá por meio de decreto, promover a inclusão e ou alteração de Fontes e Destinações de Recursos na Lei Orçamentária Anual de 2020, sempre na mesma dotação orçamentária.

Art. 45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 46. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 47. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.

Art. 48. Se o projeto de lei orçamentária de 2020 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2016, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – PIS-PASEP;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e

VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso I a V deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2020, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2020, para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º Em caso de Emenda supressiva ou redutiva que altere a dotação utilizada no caput deste artigo, o Poder Executivo utilizar-se-á de decreto para recomposição dos valores, utilizando-se dos limites de créditos adicionais suplementares.

Art. 49. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais;

II – Anexo de Riscos Fiscais;

III – Anexos de Metas e Prioridades.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

Leopoldina, 11 de junho de 2019.

José Roberto de Oliveira
Prefeito Municipal

ANEXO DE METAS FISCAIS



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS**

2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB *	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB *	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB *
Receita Total	115.500.000,00	110.526.316,078	947.368,42	121.275.000,00	111.055.149,84	0,00	127.338.750,00	111.586.514,19	0,00
Receitas Primárias (I)	115.054.000,00	110.099.526,635	473.684,21	120.797.000,00	110.617.430,92	0,00	126.833.750,00	111.143.984,40	0,00
Despesa Total	115.500.000,00	110.526.316,078	947.368,42	121.275.000,00	111.055.149,84	0,00	127.338.750,00	111.586.514,19	0,00
Despesas Primárias (II)	113.630.000,00	108.736.849,980	526.315,79	119.275.000,00	109.223.689,93	0,00	125.238.750,00	109.746.291,32	0,00
Resultado Príncipio (III) = (I - II)	1.424.000,00	1.362.679,424	947.368,42	1.522.000,00	1.393.740,99	0,00	1.595.000,00	1.397.693,08	0,00
Resultado Nominal	1.500.000,00	1.435.406,708	947.368,42	-1.500.000,00	-1.373.594,93	0,00	3.000.000,00	2.628.889,81	0,00
Dívida Pública Consolidada	5.500.000,00	5.263.157,889	473.684,21	5.000.000,00	4.578.649,76	0,00	5.000.000,00	4.381.483,02	0,00
Dívida Consolidada Líquida	2.500.000,00	2.392.344,581	578.947,37	1.000.000,00	915.729,95	0,00	4.000.000,00	3.505.186,42	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* Valor Corrente / PIB x 100

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - VALORES PREVISTOS (EM REAIS)

2020	2021	2022
1,90	0,00	0,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO -- VALORES PREVISTOS (EM %)

2020	2021	2022
4,50	4,50	4,50



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso I)

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2018 - (a)	% PIB	METAS REALIZADAS EM 2018 - (b)	% PIB	VARIAÇÃO	
					(c) = (b - a)	% (c / a) * 100
Receita Total	101.763.003,06	480.250.250,00	95.667.280,25	0,02	-6.095.722,75	-5,99
Receitas Primárias (I)	100.151.413,06	345.951.083,33	94.880.022,56	0,02	-5.271.390,44	-5,26
Despesa Total	101.763.003,06	480.250.250,00	96.565.707,64	0,02	-5.197.295,36	-5,11
Despesas Primárias (II)	101.005.844,06	417.153.666,67	95.085.763,77	0,02	-5.920.080,23	-5,86
Resultado Primário (III) = (I - II)	-854.431,00	-71.202.583,33	-205.741,21	0,00	648.689,79	-75,92
Resultado Nominal	6.000.000,00	500.000.000,00	-402.799,02	0,00	-6.402.799,02	-106,71
Dívida Pública Consolidada	5.000.000,00	416.666.666,67	4.850.521,16	0,00	-149.478,84	-2,99
Dívida Consolidada Líquida	1.000.000,00	83.333.333,33	1.544.122,74	0,00	544.122,74	54,41

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - EXERCÍCIO DE 2018 (EM REAIS)

VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO
1,20	598.000.000.000,00



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS**

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso II)

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	105.970.085,73	101.763.003,00	-3,97	111.771.727,28	9,84	115.500.000,00	3,34	121.275.000,00	5,00	127.338.750,00	5,00
Receitas Primárias (I)	102.150.918,73	100.151.413,00	-1,96	111.027.727,28	10,86	115.054.000,00	3,63	120.797.000,00	4,99	126.833.750,00	5,00
Despesa Total	106.369.985,73	101.763.003,00	-4,33	111.771.727,28	9,84	115.500.000,00	3,34	121.275.000,00	5,00	127.338.750,00	5,00
Despesas Primárias (II)	105.644.985,73	101.005.844,00	-4,39	110.319.507,28	9,22	113.630.000,00	3,00	119.275.000,00	4,97	125.238.750,00	5,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-3.494.067,00	-854.431,00	-75,55	708.220,00	-182,89	1.424.000,00	101,07	1.522.000,00	6,88	1.595.000,00	4,80
Resultado Nominal	-2.000.000,00	6.000.000,00	-400,00	0,00	-100,00	1.500.000,00	-100,00	-1.500.000,00	-200,00	3.000.000,00	-300,00
Dívida Pública Consolidada	2.000.000,00	5.000.000,00	150,00	6.000.000,00	20,00	5.500.000,00	-8,33	5.000.000,00	-9,09	5.000.000,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-5.000.000,00	1.000.000,00	-120,00	1.000.000,00	0,00	2.500.000,00	150,00	1.000.000,00	-60,00	4.000.000,00	300,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	114.891.442,32	106.342.338,14	-7,44	111.771.727,28	5,11	110.526.315,79	-1,11	111.055.149,84	0,48	111.586.514,19	0,48
Receitas Primárias (I)	110.750.749,20	104.658.226,58	-5,50	111.027.727,28	6,09	110.099.521,53	-0,84	110.617.430,92	0,47	111.143.984,40	0,48
Despesa Total	115.325.008,90	106.342.338,14	-7,79	111.771.727,28	5,11	110.526.315,79	-1,11	111.055.149,84	0,48	111.586.514,19	0,48
Despesas Primárias (II)	114.538.972,97	105.551.106,98	-7,85	110.319.507,28	4,52	108.736.842,11	-1,43	109.223.689,93	0,45	109.746.291,32	0,48
Resultado Primário (III) = (I - II)	-3.788.223,77	-892.880,40	-76,43	708.220,00	-179,32	1.362.679,43	92,41	1.393.740,99	2,28	1.397.693,08	0,28
Resultado Nominal	-2.168.375,00	6.270.000,00	-389,16	0,00	-100,00	1.435.406,70	-100,00	-1.373.594,93	-195,69	2.628.889,81	-291,39
Dívida Pública Consolidada	2.168.375,00	5.225.000,00	140,96	6.000.000,00	14,83	5.263.157,89	-12,28	4.578.649,76	-13,01	4.381.483,02	-4,31
Dívida Consolidada Líquida	-5.420.937,50	1.045.000,00	-119,28	1.000.000,00	-4,31	2.392.344,50	139,23	915.729,95	-61,72	3.505.186,42	282,78

ÍNDICES DE INFLAÇÃO (EM %)

2017	2018	2019	2020	2021	2022
2,95	3,75	4,50	4,50	4,50	4,50



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III)

Valores em R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio / Capital	53.297.878,88	100,00	51.075.683,48	100,00	55.039.058,55	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	53.297.878,88	100,00	51.075.683,48	100,00	55.039.058,55	100,00



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III)	Valores em R\$1,00		
RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
DESPESAS EXECUTADAS	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
SALDO FINANCEIRO	2018 (g) = (Ia - II d + III h)	2017 (h) = (Ib - II e + III i)	2016 (i) = (Ic - II f)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (III)	0,00	0,00	0,00
VALOR (IV) = (I - II + III)	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

Valores em R\$1,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00

ANEXO DE RISCOS FISCAIS



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2020

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$1,00

CÂMARA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assuncao de Passivos	0,00		0,00
Assistencias Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustracao de Arrecadacao	0,00		0,00
Restituicao de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepancia de Projecoes	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00
TOTAL	0,00		0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assuncao de Passivos	0,00		0,00
Assistencias Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustracao de Arrecadacao	0,00		0,00



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2020

Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	100.000,00	Desastres naturais provocados por efeitos climáticos	100.000,00
Desastres naturais provocados por efeitos climáticos	50.000,00	Atendimento a pessoas atingidas, inclusive distribuição de medicamentos e materiais de primeiranaecessidade.	50.000,00
SUB-TOTAL	100.000,00		100.000,00
TOTAL	100.000,00		100.000,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

PROGRAMA: 0003 LIMPEZA PUBLICA

OBJETIVO: DESENVOLVER METODOS QUE VIABILIZEM A MANUTENCAO DA QUALIDADE DE VIDA BEM COMO RELACIONADOS A PRESERV ACAO DO MEIO AMBIENTE.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.075	Manutencao da Limpeza Publica	%	1,00	Cidade conservada,limpa e saneada.

PROGRAMA: 0005 SANEAMENTO GERAL

OBJETIVO: AMPLIAR A COBERTURA E MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL NAS AREAS URBANAS E RURAIS DO MUNICIPIO.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.079	Manutencao do Saneamento Geral	01	1,00	Atividades de Saneamento mantidas.

PROGRAMA: 0006 UNIVERSALIZACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVO: UNIVERSALIZAR O ENSINO FUNDAMENTAL, EXPANDINDO NUMERO DE VAGAS, NAS ESCOLAS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL E ELEVAR O INDICE DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.108	Desenvolvimento Ensino Fundamental - 40%		0,00	Atendimento ao ensino
2.110	Desenvolvimento Ensino Fundamental - Rec. Proprio		0,00	Atendimento ao ensino
2.111	Desenvolvimento das Atividades do CAIC		0,00	Atendimento ao ensino

PROGRAMA: 0007 UNIVERSALIZACAO DO ENSINO INFANTIL

OBJETIVO: UNIVERSALIZAR A EDUCACAO INFANTIL NA PRE-ESCOLA PARA CRIANCAS DE 4 E 5 ANOS DE IDADE E AMPLIAR A OFERTA EM CRECHE.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.117	Ensino Infantil - Creche - Rec. Proprio		0,00	Atendimento ao ensino
2.119	Ensino Infantil - Creche - Recursos FUNDEB/ 40%		0,00	Atendimento ensino



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.323	Ensino Infantil - Pre-Escola Recurso Feb 40%		0,00	Pre Escolas assistidas.
2.324	Ensino Infantil - Pre-Escola Recurso Proprio		0,00	Pre Escolas assistidas

PROGRAMA: 0008 ATENCAO A SAUDE DA COMUNIDADE

OBJETIVO: ATENDER OS REQUISITOS PROPOSTOS PELA LEGISLACAO, NAS ESTRATEGIAS DE: ATENCAO BASICA, PSF, PACS, SAUDE BUCAL, FARPOP, MAE DE MINAS, PMAQ, SAUDE EM CASA, ODONTOLOGIA 24 HORAS E O PAI.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.001	Construcao/Reforma Unidade Basica de Saude	%	0,00	Melhoria do atendimento
2.027	Atendimento Basico as Familias		0,00	Prevencao e tratamento da populacao

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
RECEITAS CORRENTES (I)	86.315.938,78	89.205.363,77	3,35	101.316.013,00	13,58	105.400.000,00	4,03	111.175.000,00	5,48	116.468.750,00	4,76
Receita Tributária	9.984.351,24	12.820.043,36	28,40	14.448.879,00	12,71	12.282.000,00	-15,00	12.847.725,00	4,61	13.590.500,00	5,78
Receita de Impostos	7.658.481,66	8.810.546,03	15,04	10.859.000,00	23,25	9.503.000,00	-12,49	9.962.725,00	4,84	10.585.000,00	6,25
Taxes	2.325.869,58	4.009.497,33	72,39	3.589.879,00	-10,47	2.779.000,00	-22,59	2.885.000,00	3,81	3.005.500,00	4,18
Receita de Contribuições	1.475.620,87	2.324.878,55	57,55	1.800.000,00	-22,58	2.500.000,00	38,89	2.600.000,00	4,00	2.700.000,00	3,85
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.475.620,87	2.324.878,55	57,55	1.800.000,00	-22,58	2.500.000,00	38,89	2.600.000,00	4,00	2.700.000,00	3,85
Receitas Patrimoniais	897.474,62	544.336,96	-39,35	500.000,00	-8,15	462.000,00	-7,60	494.000,00	6,93	521.000,00	5,47
Receitas de Valores Mobiliários	897.474,62	492.377,86	-45,14	485.000,00	-1,50	446.000,00	-8,04	478.000,00	7,17	505.000,00	5,65
Juros de Títulos de Renda	0,00	492.377,86	-100,00	485.000,00	-1,50	446.000,00	-8,04	478.000,00	7,17	505.000,00	5,65
Remuneração de Depósitos Bancários	897.474,62	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	51.959,10	-100,00	15.000,00	-71,13	16.000,00	6,67	16.000,00	0,00	16.000,00	0,00
Receita de Serviços	548.641,14	205.538,49	-62,54	160.000,00	-22,16	165.000,00	3,13	170.000,00	3,03	175.000,00	2,94
Transferências Correntes	71.049.573,24	73.054.130,12	2,82	84.402.134,00	15,53	89.986.000,00	6,62	95.058.275,00	5,64	99.477.250,00	4,65
Transferências Intergovenamentais	80.971.848,66	83.287.365,02	2,86	96.047.134,00	15,32	102.965.400,00	7,20	108.643.075,00	5,51	113.525.250,00	4,49
Deduções do FUNDEB	-9.922.275,42	-10.233.234,90	3,13	-11.645.000,00	13,80	-12.979.400,00	11,46	-13.584.800,00	4,66	-14.048.000,00	3,41
Outras Receitas Correntes	2.360.277,67	256.436,29	-89,14	5.000,00	-98,05	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.094.997,99	6.480.361,08	109,38	10.455.714,28	61,34	10.100.000,00	-3,40	10.100.000,00	0,00	10.870.000,00	7,62
Operações de Crédito	1.620.176,54	291.829,83	-81,99	199.000,00	-31,81	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Operações de Crédito Internas	1.620.176,54	291.829,83	-81,99	199.000,00	-31,81	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Alienação de Ativos	0,00	3.050,00	-100,00	60.000,00	1.867,21	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	3.050,00	-100,00	60.000,00	1.867,21	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Transferências de Capital	1.474.821,45	6.185.481,25	319,41	10.196.714,28	64,85	10.100.000,00	-0,95	10.100.000,00	0,00	10.870.000,00	7,62
OUTRAS DEDUÇÕES (III)	0,00	-18.444,60	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
TOTAL (IV) = (I) + (II) - (III)	89.410.936,77	95.667.280,25	7,00	111.771.727,28	16,83	115.500.000,00	3,34	121.275.000,00	5,00	127.338.750,00	5,00



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

Receita: IRRF do Trabalho - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: IRRF Outros Rendimentos - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: IPTU - Imp Prop. Predial Territ Urbana-Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: IPTU - Multas e Juros

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: IPTU - Dívida Ativa

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: IPTU - Multas e Juros da Dívida Ativa

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: ITBI - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: ISSQN - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: ISSQN - Multas e Juros

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: ISSQN - Dívida Ativa

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: ISSQN - Multas e Juros da Dívida Ativa

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Taxa Cont. e Fisc. Ambiental - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Taxas p/ Prestacao de Servicos - Principal

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Taxas p/ Prestacao de Servicos - Multas e Juros

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Taxas p/ Prestacao de Servicos - Dívida Ativa

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Taxas p/ Prest. de Serv. - Multas e Juros D. Ativa

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Cont. p/ Custo Serv. Ilumin. Pública - Principal

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Outros Rec. Nao Vinculados

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FUNDEB

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinc. - ROYALTIES

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - ENSINO

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - SAUDE

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - CIDE

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FNDS

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Remun. Depositos Bancarios - CONVSA

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - BLATB

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - BLMAC

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - BLVGS

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - ESTSUS

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - BLGES

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Remun. Depositos Bancarios - BLAFB

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - Bloco Investimento

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - CONVOT

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - PNTE

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - PDDE

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - QESE

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Remun. Depositos Bancarios - PNAE

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - ALIENA

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - CONVED

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - CONVAS

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - FEAS

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - ILUMIN

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Remun. Depositos Bancarios - MULTRA

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - Op. Credito

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Remun. Depositos Bancarios - FNDE

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Deleg. Prest. Serv. Transp. Rodoviaro - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Deleg Prest Serv Transp Rodoviaro - Multas/Juros

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Deleg Prest Serv Transp Rodoviaro - Dívida Ativa

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Deleg Prest Serv Transp Rodov. -Mult/Juros D.Ativa

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Servicos de Transporte - Principal

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Cota-Parte do FPM 1% Cota Dezembro - Principal

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Cota-Parte do FPM 1% Cota Julho - Principal

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Cota-Parte do ITR - Principal

DESCRÍÇÃO

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Cota-parte Comp Financ de Rec Hidricos - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Cota-parte da CFEM - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Cota-Parte do FEP - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf. do SUS - BLMAC - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf. do SUS - Vigilancia em Saude - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf. do SUS - Assist.Farmaceutica - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Transf. do SUS - Gestao do SUS - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf. do SUS - BLATB - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transferencias do Salario-Educacao - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf Diretas do FNDE ref ao PDDE - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf Diretas do FNDE ref ao PNAE - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf Diretas do FNDE ref ao PNATE - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Outras Transferencias Diretas do FNDE - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf Financeira ICMS Desoneracao - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf Conv Uniao Dest Prog Assist Soc-Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf.Rec. Fundo Nac.Assist.Social FNAS-Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Cota-Parte do ICMS - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Cota-Parte do IPVA - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Cota-Parte da CIDE - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Tran.Rec Est Prog Saud/Rep Fundo a Fundo-Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf Conv dos Est Dest Prog Educacao-Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Outras Transf de Convenio dos Estados - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf. Rec. Fundo Estadual Assist. Social (FEAS)

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Transferencias de Recursos do FUNDEB - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Multas Prev em Legislaçao Especifica - Principal

Descrição

Evolução nos últimos três exercícios para as receitas de forma individual, conforme legislação vigente e aumento de 10% no total previsto para cada exercício, considerando ainda repasse de valores retidos em exercícios anteriores.

Receita: Transf. do SUS - Atencao Basica - Principal

Descrição

Convênios entre os órgãos estaduais e federais, além de novos projetos.

Receita: Transf.Conv.Uniao Prog.Saneam.Basico-Principal

Descrição

Convênios entre os órgãos estaduais e federais, além de novos projetos.

Receita: Outras Transferencias da Uniao - Principal

Descrição

Convênios entre os órgãos estaduais e federais, além de novos projetos.

Receita: Transf. Conv. dos Estados para SUS - Principal

Descrição

Convênios entre os órgãos estaduais e federais, além de novos projetos.

Receita: Transf Conv Est dest Prog Inf-Est Transp-Principal

Descrição

Convênios entre os órgãos estaduais e federais, além de novos projetos.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
DESPESAS CORRENTES (I)	86.419.524,03	88.719.722,76	2,66	95.781.634,85	7,96	105.754.300,00	10,41	109.559.515,00	3,60	115.888.750,00	5,78
Pessoal e Encargos Sociais	47.952.644,60	49.752.726,97	3,75	54.859.915,01	10,27	57.734.702,50	5,24	60.046.437,63	4,00	62.300.000,00	3,75
Juros e Encargos da Dívida	237.434,27	273.607,38	15,23	250.000,00	-8,63	270.000,00	8,00	300.000,00	11,11	300.000,00	0,00
Outras Despesas Correntes	38.229.445,16	38.693.388,41	1,21	40.671.719,84	5,11	47.749.597,50	17,40	49.213.077,37	3,06	53.288.750,00	8,28
DESPESAS DE CAPITAL (II)	5.984.748,39	7.845.984,88	31,10	15.940.092,43	103,16	9.695.700,00	-39,17	11.665.485,00	20,32	11.400.000,00	-2,28
Investimentos	5.061.694,07	6.639.648,39	31,17	14.737.872,43	121,97	8.095.700,00	-45,07	9.965.485,00	23,10	9.600.000,00	-3,67
Inversões Financeiras	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Amortização de Dívida	923.054,32	1.206.336,49	30,69	1.202.220,00	-0,34	1.600.000,00	33,09	1.700.000,00	6,25	1.800.000,00	5,88
RESERVAS (III)	0,00	0,00	-100,00	50.000,00	-100,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	-100,00	50.000,00	-100,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
DESPESA TOTAL	92.404.272,42	96.565.707,64	4,50	111.771.727,28	15,75	115.500.000,00	3,34	121.275.000,00	5,00	127.338.750,00	5,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

Descrição: Despesas com Juros e Encargos

DESCRÍÇÃO

Valores previstos em contratos de parcelamentos do Município e Observações dos valores realizados nos últimos três exercícios



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição: Despesas com Amortização de Dívida

DESCRÍÇÃO

Valores previstos em contratos de parcelamentos do Município e Observações dos valores realizados nos últimos três exercícios

Descrição: Pessoal e Encargos Sociais

DESCRÍÇÃO

Observações dos valores realizados nos últimos três exercícios, as variações projetadas para o IPCA, obedecendo a manutenção dos mesmos parâmetros macroeconômicos.

Descrição: Outras Despesas Correntes

DESCRÍÇÃO

Observações dos valores realizados nos últimos três exercícios, as variações projetadas para o IPCA, obedecendo a manutenção dos mesmos parâmetros macroeconômicos.

Descrição: Investimentos

DESCRÍÇÃO

Observações dos valores realizados nos últimos três exercícios, as variações projetadas para o IPCA, obedecendo a manutenção dos mesmos parâmetros macroeconômicos.

Descrição: Reservas de Contingência

DESCRÍÇÃO

Valores constantes do Anexo de Riscos Fiscais.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso II

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	86.315.938,78	89.186.919,17	101.316.013,00	105.400.000,00	111.175.000,00	116.468.750,00
Receita Tributária	9.984.351,24	12.820.043,36	14.448.879,00	12.282.000,00	12.847.725,00	13.590.500,00
Receita de Contribuição	1.475.620,87	2.324.878,55	1.800.000,00	2.500.000,00	2.600.000,00	2.700.000,00
Receita Patrimonial	897.474,62	525.892,36	500.000,00	462.000,00	494.000,00	521.000,00
Aplicações Financeiras (II)	897.474,62	492.377,86	485.000,00	446.000,00	478.000,00	505.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	33.514,50	15.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00
Transferências Correntes	71.049.573,24	73.054.130,12	84.402.134,00	89.986.000,00	95.058.275,00	99.477.250,00
Demais Receitas Correntes	2.908.918,81	461.974,78	165.000,00	170.000,00	175.000,00	180.000,00
Receitas Fiscais Correntes (III) = (I - II)	85.418.464,16	88.694.541,31	100.831.013,00	104.954.000,00	110.697.000,00	115.963.750,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	3.094.997,99	6.480.361,08	10.455.714,28	10.100.000,00	10.100.000,00	10.870.000,00
Operações de Crédito (V)	1.620.176,54	291.829,83	199.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	3.050,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	1.474.821,45	6.185.481,25	10.196.714,28	10.100.000,00	10.100.000,00	10.870.000,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI)	1.474.821,45	6.185.481,25	10.196.714,28	10.100.000,00	10.100.000,00	10.870.000,00
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	86.893.285,61	94.880.022,56	111.027.727,28	115.054.000,00	120.797.000,00	126.833.750,00



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso II

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES (X)	86.419.524,03	88.719.722,76	95.781.634,85	105.754.300,00	109.559.515,00	115.888.750,00
Pessoal e Encargos Sociais	47.952.644,60	49.752.726,97	54.859.915,01	57.734.702,50	60.046.437,63	62.300.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	237.434,27	273.607,38	250.000,00	270.000,00	300.000,00	300.000,00
Outras Despesas Correntes	38.229.445,16	38.693.388,41	40.671.719,84	47.749.597,50	49.213.077,37	53.288.750,00
Despesas Fiscais Correntes (XII) = (X - XI)	86.182.089,76	88.446.115,38	95.531.634,85	105.484.300,00	109.259.515,00	115.588.750,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	5.984.748,39	7.845.984,88	15.940.092,43	9.695.700,00	11.665.485,00	11.400.000,00
Investimentos	5.061.694,07	6.639.648,39	14.737.872,43	8.095.700,00	9.965.485,00	9.600.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	923.054,32	1.206.336,49	1.202.220,00	1.600.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00
Despesas Fiscais de Capital (XV) = (XIII - XIV)	5.061.694,07	6.639.648,39	14.737.872,43	8.095.700,00	9.965.485,00	9.600.000,00
RESERVAS (XVI)	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
DESPESAS NAO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	91.243.783,83	95.085.763,77	110.319.507,28	113.630.000,00	119.275.000,00	125.238.750,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-4.350.498,22	-205.741,21	708.220,00	1.424.000,00	1.522.000,00	1.595.000,00



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário

DESCRÍÇÃO

Diferença entre os valores estimados das receitas não financeiras (RNF) e das despesas não financeiras (RNF). As receitas não-financeiras correspondem ao total da receita orçamentária deduzidas as receitas de operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras, recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas não-financeiras correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário

DESCRÍÇÃO



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.056.857,65	4.850.521,16	6.000.000,00	5.500.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	4.472.914,95	3.306.398,42	5.000.000,00	3.000.000,00	4.000.000,00	1.000.000,00
Ativo Disponível	9.817.251,76	11.834.386,58	10.000.000,00	8.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00
Haveres Financeiros	967.263,02	919.525,06	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	6.311.599,83	9.447.513,22	5.000.000,00	5.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.583.942,70	1.544.122,74	1.000.000,00	2.500.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.513.968,42	2.150.989,36	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-930.025,72	-606.866,62	-1.000.000,00	500.000,00	-1.000.000,00	2.000.000,00
RESULTADO NOMINAL	1.621.436,06	323.159,10	-393.133,38	1.500.000,00	-1.500.000,00	3.000.000,00



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal

DESCRÍÇÃO

Diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal

DESCRÍÇÃO



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 14 - MONTANTE DA DÍVIDA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.056.857,65	4.850.521,16	6.000.000,00	5.500.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	4.472.914,95	3.306.398,42	5.000.000,00	3.000.000,00	4.000.000,00	1.000.000,00
Ativo Disponível	9.817.251,76	11.834.386,58	10.000.000,00	8.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00
Haveres Financeiros	967.263,02	919.525,06	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	6.311.599,83	9.447.513,22	5.000.000,00	5.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.583.942,70	1.544.122,74	1.000.000,00	2.500.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO MONTANTE DA DÍVIDA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

Descrição: Dívida Consolidada

DESCRÍÇÃO

Montante total apurado, sem duplicidade:

- das obrigações financeiras do ente, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do ente, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 14 - MONTANTE DA DÍVIDA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

Descrição: Dívida Consolidada

DESCRÍÇÃO



MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

Índice Geral

Relatório	Página
Mensagem da LDO	3
Projeto de Lei da LDO	5
Anexo - Demonstrativo das Metas Anuais	16
Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	17
Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores	18
Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido	19
Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a alienação de Ativos	20
Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	21
Demonstrativo 9 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	23
Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração	26
Demonstrativo 10 - Total das Receitas e Memória de Cálculo	29
Demonstrativo 11 - Total das Despesas e Memória de Cálculo	44
Demonstrativo 12 - Resultado Primário e Memória de Cálculo	46
Demonstrativo 13 - Resultado Nominal e Memória de Cálculo	49
Demonstrativo 14 - Montante da Dívida e Memória de Cálculo	51